

As Leis de Marx

James Farr¹

Universidade de Wisconsin-Madison

Marx se envolveu nos debates do século XIX sobre o que ele chamou de “ciências histórico-sociais” e suas leis. Mas ele foi mais direto em sua rejeição do positivismo e empirismo do que era em articular sua própria posição construtiva. No entanto, ele escreveu algumas notas esparsas sobre método e sua própria prática científica fornece um material apropriado para uma reconstrução adequada de suas visões. Esse ensaio traz uma defesa do realismo científico de Marx que rejeitava o empirismo de Hume em sua análise das causas e leis. Ao trazer uma análise realista, ele nos ofereceu uma estrutura para compreender suas próprias leis explicatórias – as leis econômicas que movem a sociedade moderna. Ainda assim, Marx não propôs quaisquer ditas “leis naturais de desenvolvimento histórico”. Pelo contrário, ele articulou o que é mais propriamente conhecido como princípios da interpretação histórica. No método, como na política, Marx ofereceu, assim, uma alternativa genuína à visão dominante da época.

Marx e Hume defenderam filosofias políticas e científicas radicalmente diferentes. No entanto, compartilharam ao menos uma coisa em comum: a queixa de que sua obra mais importante foi ignorada à época de sua publicação. Mas, enquanto o *Tratado sobre a Natureza Humana* “morreu no berço da imprensa”¹, *O Capital* foi entregue por parteiras mais traiçoeiras. Na publicação da segunda edição de *O Capital*, Marx, em retrospectiva, acusou “os porta-vozes letrados e iletrados da burguesia alemã” de terem “tentado, primeiro, matar *O Capital* o ignorando, como fizeram com seus escritos anteriores”. No entanto, o orgulho ferido de ser ignorado logo deu lugar à irritação de ser mal compreendido, uma vez que o silêncio produz um ruído de incompreensão – especialmente em matéria de método científico. “Que o método empregado n’*O Capital* foi pouco compreendido, é visível pelas várias concepções, contraditórias entre si, que foram formadas sobre a obra”. Em meio à tal anarquia interpretativa, Marx tentou esclarecer as coisas da melhor forma que pôde. Expressou desprezo pelo positivismo e sua “[...] receita comteana para as cozinhas do futuro”. E endossou a visão atribuída a si de que “os velhos economistas se equivocaram a respeito da natureza das leis econômicas quando as igualaram às leis da física ou da química”.²

Se Marx fosse vivo hoje, 110 anos depois, ele teria razão em prosseguir suas queixas com uma vingança. Não apenas o seu método ainda é vítima de “várias concepções, contraditórias entre si”, como algumas dessas concepções vão ao encontro do que ele negou explicitamente. Ainda há quem diga que seu método “incorpora o espírito positivo”

* Gostaria de agradecer aos meus “críticos críticos”, por terem lido uma versão preliminar deste ensaio: Charles W. Anderson, Terence Ball, Terrell Carver, Mary G. Dietz, R. Booth Fowler, Jeffrey Isaac, Stephen Leonard, e Richard Merelman.

¹ David Hume, “My Own Life”, In. *An Inquiry Concerning Human Understanding* (Indianápolis, Bobbs Merrill, 1955). p. 4.

² *Capital* (Nova York, International, 1967), pp. 16-18.

ou que endossa “a concepção comteana de física social”.³ E ainda é celebrado ou condenado por “falar como se pensasse que suas leis eram totalmente deterministas como algumas leis das ciências naturais”.⁴ Tais incompreensões do método marxiano tem a persuasão que tem graças ao ousado entusiasmo de Marx com a ciência e suas repetidas referências às leis. Mas nem todo entusiasmo com a ciência é positivista, nem as leis têm de conformar ao modelo ahistórico e determinista das ciências naturais conforme concebidas pelo positivismo.

A crítica da interpretação positivista do método de Marx não é de hoje.⁵ Esse artigo tem o objetivo de ir além na análise da concepção marxiana de leis e explicação causal nas “ciências histórico-sociais”.⁶ Isso requer quatro passos na arqueologia textual. O primeiro é desenvolver uma defesa do realismo científico de Marx em matéria de metodologia. O segundo é reconstruir a crítica implícita de Marx e sua alternativa realista à análise empirista da causalidade de Hume. O terceiro é fornecer uma análise conceitual das características metodológicas e implicações políticas do que Marx chamou de “leis econômicas do movimento da sociedade moderna”,⁷ assim como – no quarto e último passo – distingui-los daqueles princípios históricos interpretativos que alguns insistem em chamar – ainda que Marx nunca o tenha feito – de “leis naturais do desenvolvimento histórico” de Marx.⁸

Dar atenção ao método de Marx hoje em dia é importante por, pelo menos, duas razões – além da óbvia, mas não menos importante, de tentar compreender Marx corretamente, justamente num tema que era de considerável importância para ele. Nas ciências sociais, continuamos a buscar uma autocompreensão adequada dos princípios e métodos que subjazem as nossas práticas explanatórias. Marx figura nessa busca em grande parte pelo seu esforço teórico continuar inspirando diferentes tipos de análises e métodos na história, sociologia, economia e ciência política. Encarar Marx segue sendo uma tarefa metodológica importante até hoje. A outra tarefa é política. Cientistas sociais marxistas – desde Engels, até figuras diversas como Lênin, Lukács e Althusser – e antimarxistas têm, de formas diferentes, concordado essencialmente a respeito de uma visão melhor expressão por Lukács de quem “ortodoxia”, no marxismo, refere-se “exclusivamente ao método”.⁹ Os citados acima acreditam, de uma forma ou de outra, que ortodoxia, no marxismo, depende de um método melhor descrito ou como materialista dialético, ou estruturalista, ou

³ Z. A. Jordan, *The Evolution of Dialectical Materialism* (Nova York, MacMillan, 1967). pp. 121, 125. Para leituras similares, ainda que qualificadas, de Marx, ver Richard von Mises, *Positivism: a Study in Human Understanding* (Nova York, Dover, 1951), p. 223; H. B. Acton, *The Illusion of the Epoch* (Londres, Cohen and West, 1955). p. 109; Sheldon Wolin, *Politics and Vision* (Boston, Little Brown, 1960), p. 358; Albrecht Wellmer, *Critical Theory of Society* (Nova York, Herder and Herder, 1971), cap. 2; John McMurtry, *The Structure of Marx's World View* (Princeton, Princeton University Press, 1978), p. 53 e Richard Hudelson, “Marx and Empiricism”, *Philosophy of the Social Sciences*, 12 (1982). 241-53.

⁴ Morton White, *Foundations of Historical Knowledge* (Nova York, Harper & Row, 1965), p. 33.

⁵ Ver James Farr, “Marx and Positivism”, In: Terence Ball e James Farr (orgs.), *After Marx* (Cambridge, Cambridge University Press, 1984), Cap. 10 (na nota 7 da p. 227 está uma promessa que busco cumprir aqui). Ver também meu “Marx No Empiricist”, *Philosophy of the Social Sciences*, 13 (1983), 465-72; e Paul Thomas, “Marx and Science”, *Political Studies*, 24 (1976), 1-23.

⁶ *Grundrisse* (Nova York, Vintage Books, 1973). p. 106.

⁷ *Capital*, p. 10.

⁸ Karl Popper, *The Open Society and its Enemies* (Princeton, Princeton University Press, 1966), vol. II, p. 332. Ver também obras citadas na nota 114 abaixo.

⁹ Georg Lukács, *History and Class Consciousness* (Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1971), p. 1.

positivista ou valorativo não-científico. Se, como este que vos fala, duvida-se destas descrições de “ortodoxia” marxista, duvidando, ainda mais, de que o marxismo deve ser definido exclusivamente em termos metodológicos, então uma compreensão alternativa do método de Marx é necessária, no mínimo para desassociar as afirmações de Marx das afirmações feitas em seu nome, supostamente sob sua herança.¹⁰ Mas é inevitável a conclusão de que essa, também, é uma tarefa política, ainda que pequena, pois a identidade e projeto da ciência social marxista está em jogo.

I

O método de Marx não é facilmente captável por taxonomias, títulos ou termos. Alguns dos termos subsequentes mais utilizados e filosoficamente carregados para descrever seu método – por exemplo “materialista histórico” ou “materialista dialético” – não foram cunhados por ele. Outros – como “positivista” ou até “marxista” – ele rejeitou ativamente.¹¹ Quando pressionado, especialmente nos seus anos de formação da década de 1840, ele preferia as alcunhas filosóficas da esquerda anti-hegeliana, tais como “naturalista” ou “materialista”. Mas, até assim, ele invocava qualificativos, inovações ou paradoxos. Chamava seu naturalismo de “humanista” ou “consistente” e seu materialismo de “prático”, “comunista” ou simplesmente de “novo”.¹² Versões anteriores do naturalismo ou materialismo foram, antes de Marx, “velhas”, “contemplativas”, “acríticas”, “abstratas”, patentemente “falsas”.¹³ Ao usar tais adjetivos zombeteiros, Marx lembrava de Hegel, seu “poderoso pensador” de quem mais tarde ele “abertamente se declarou” um “pupilo”.¹⁴

É com considerável cautela, então, que alguém se atreve a situar o método de Marx no interior de uma tradição filosófica pronta e facilmente identificável – especialmente dado o fato de Marx ter falhado em escrever um tratado sistemático a sobre o método científico. Tendo em vista isso, nós provavelmente entenderemos melhor a metodologia de Marx como desenvolvendo-se no interior e contribuindo para a tradição do realismo científico. De 1843 em diante, o realismo foi a linguagem em exercício da sua ciência, a linguagem das “essências”, “mecanismos internos”, “relações reais” e “necessidade natural”.¹⁵ Alguns de seus mais impactantes aforismas sobre a ciência – por exemplo, a respeito do abismo epistêmico entre as entidades teóricas e observáveis, as essências e as aparências – podem ser melhor lidos como realistas em inspiração. Em resumo, suas simpatias materialistas e suas críticas metodológicas do nominalismo, idealismo, positivismo e empirismo o põem

¹⁰ Para discussões sobre as implicações políticas da incompreensão do método de Marx, e dos perigos de superenfatizar o método na compreensão de Marx, ver Terence Ball, “Marxian Science and Positivist Politics”, e Terrell Carver, “Marxism as Method”, em Ball e Farr (orgs.), *After Marx*, caps. 11-12.

¹¹ “Tudo que eu sei é que não sou marxista”. Engels relatou estas palavras a Bernstein quando recordava da opinião negativa de Marx a respeito dos historiadores autointitulados “marxistas” que eram discípulos de Guesde. Essa história está registrada em David McLellan, *Karl Marx: His Life and Thought* (Nova York, Harper & Row, 1973). p. 443.

¹² *German Ideology* (Nova York, International, 1970). pp. 62, 64; e *Economic and Philosophical Manuscripts* (Nova York, International, 1964), p. 181.

¹³ *German Ideology*, p. 123; *Capital*, p. 373n; *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 176.

¹⁴ *Capital*, pp. 19-20.

¹⁵ *Grundrisse*, p. 325; *Critique of Political Economy* (Nova York, International, 1970). p. 41; *Capital*, p. 565.

no interior da tradição realista que pode ser rastreada desde Aristóteles, “o maior pensador da antiguidade”.¹⁶

Nomes como tais, não importam; nem rastrear alguma linhagem metodológica desde Aristóteles até Marx. Mas ler Marx como um realista científico nos dá a necessária vantagem de compreender por que ele estava tão empenhado em distanciar seu método do positivismo, e compreender sua análise de leis e explicação causal nas ciências histórico-sociais. Antes de se ater à segunda tarefa, consideremos um passo atrás necessário, a algumas teses do realismo científico¹⁷ que Marx encaminha, mesmo quando faz correções.¹⁸

Em primeiro lugar, Marx acreditava que a ciência progredia ao propagar teorias, não ao acumular fatos, e que termos não-observáveis no interior das teorias científicas referiam-se a entidades reais, processos ou relações. Teorias, em resumo, eram necessárias para desvelar as “essências” que subjaziam as “aparências” observáveis.¹⁹ De fato, era “tarefa da ciência decifrar os movimentos visíveis, meramente externos em seu movimento intrínseco real”.²⁰ Isso captou a tarefa da economia política, tão bem quanto a da física ou química, ainda que tais ciências fossem diferentes em outros aspectos. Por exemplo, os termos teóricos mais importantes para Marx, – “força de trabalho” e “mais-valor” – referiam-se às “essências”, aquelas forças e relações sociais “reais e intrínsecas”, que não eram observáveis como tais.

No sentido inverso, Marx rejeitava o programa utópico e mal fadado do empirismo de basear a ciência em “certeza sensível” ou até em supostas observações teoricamente neutras. Essa é uma incompreensão radical do nosso intercâmbio prático e teórico com o mundo. “Até os objetos da mais simples ‘certeza sensível’ são apenas dados [...] através do desenvolvimento social, da indústria, das relações comerciais”.²¹ E as teorias científicas continuamente organizam e reorganizam nossas observações do mundo pois “os sentidos tornaram-se diretamente em sua prática teóricos”.²² Ao não interpretar as teorias de forma realista, o empirismo aconselhava, sem teoria, “extravios e andanças por todos os países, uso maciço e acrítico de estatísticas, uma erudição de catálogo”.²³ Isso levou à “coleção de fatos mortos, como acontece com os empiristas”.²⁴ Marx, um realista, não teria parte nisso.

¹⁶ *Capital*, p. 408.

¹⁷ O realismo pode ser formulado de diversas formas. Marx se encaixa em algumas, melhor do que em outras. Para discussões recentes sobre o realismo ver Roy Bhaskar, *A Realist Theory of Science* (Hassocks, Harvester Press, 1978); Richard Boyd, “On the Current Status of the Issue of Scientific Realism”, *Erkenntnis*, 19 (1983). 45-90; e Ian Hacking, *Representing and Intervening* (Cambridge, Cambridge University Press, 1983).

¹⁸ Uma descrição mais desenvolvida do realismo de Marx não será possível aqui, embora seja, agora, um tema de interessante debate, graças a David-Hillel Ruben, *Marxism and Materialism* (Hassocks, Harvester Press, 1977); Derek Sayer, *Marx's Method* (Atlantic Highlands, Humanities Press, 1979); John Keat e Russell Urry, *Social Theory as Science* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1975). Ver, também, os ensaios de D. H. Ruben, R. Bhaskar, e S. Meikle In. John Mepham e David- Hillel Ruben (orgs.), *Issues in Marxist Philosophy* (Atlantic Highlands, Humanities Press, 1979). vols. 1 e 3.

¹⁹ *Capital*. vol. III, p. 817.

²⁰ *Capital*, vol. III, p. 313.

²¹ *German Ideology*, p. 61.

²² *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 139.

²³ *Grundrisse*, p. 888.

²⁴ *German Ideology*, p. 48.

Em segundo lugar, Marx pensava que o sucesso prático era um sinal de verdade, não um substituto dela. Diferente dos instrumentalistas ou pragmáticos, que evitam falar sobre “a verdade” por um sucesso preditivo substituto, Marx estava inclinado a ver a prática como um teste da verdade, e a verdade como uma explicação do sucesso prático.²⁵ Portanto, como Marx afirma na segunda tese sobre Feuerbach:

A questão de saber se ao pensamento humano pertence a verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na práxis que o ser humano tem de comprovar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento.²⁶

Em terceiro lugar, Marx também acredita que há uma espécie de convergência no conhecimento científico.²⁷ O progresso era um fato a respeito de algumas áreas da ciência, e teorias científicas posteriores eram melhores – quando, é claro se provavam melhores²⁸ – pois davam descrições mais verdadeiras do mesmo domínio dos objetos ou relações. Marx certamente pensava isso das ciências naturais. E quando certas considerações históricas, ideológicas e interpretativas eram admitidas – como devem ser – ele também pensava ser verdade das ciências sociais, onde tal afirmação é bem mais difícil de sustentar. Por exemplo, a economia política. No interior de um dado modo de produção, Marx defende que teorias posteriores (não vulgarizadas) da economia política eram melhores pois dão descrições mais verdadeiras e mais gerais do processo de produção. Assim como teorias anteriores eram verdadeiras (o suficiente) para seu tempo, aproximavam-se da verdade das teorias posteriores, e ainda eram válidas no interior de certos setores anacrônicos da economia moderna. Assim, Marx era, incrível dizer, notavelmente mais generoso em relação às teorias econômicas mais antigas, como o monetarismo e o mercantilismo, do que os economistas políticos tardios de uma linha mais empirista, como Smith, Ricardo e Mill. Na *Crítica da Economia Política* Marx demonstra, assim, sua generosidade e sua compreensão da convergência:

A economia política erra em sua crítica dos sistemas monetaristas e mercantilistas quando as atacam como meras ilusões, como teorias totalmente erradas, e falha em perceber que elas contêm, em sua forma embrionária, suas próprias pressuposições básicas. Esses sistemas, além disso, permanecem, não apenas historicamente válidas, como retêm sua completam validade no interior de certas esferas da economia moderna.²⁹

Por fim, como evidência complementar, vem o que pode parecer uma fonte estranha: a teoria moral de Marx. Apesar de seu taciturno silêncio a respeito de questões morais, em

²⁵ Compare essa leitura com a daqueles que dizem que Marx era um pragmático ou um instrumentalista, como Leszek Kolakowski, *Towards a Marxist Humanism* (Nova York, Grove Press, 1968), espec. pp. 38-66.

²⁶ *German Ideology*, p. 121.

²⁷ Recentemente, Hillary Putnam pôs ênfase considerável nesse aspecto do realismo científico. Ver o seu *Meaning of and the Moral Sciences* (Londres, Routledge & Kegan Paul, 1978).

²⁸ O progresso nem sempre é certo, é claro. Teorias posteriores não são invariavelmente melhores pois elas podem degenerar de diferentes formas, especialmente se são “apologéticas” ou “vulgares”. Mesmo aqueles teóricos, como Adam Smith ou John Stuart Mill, que não podem ser igualados com o “rebanho de economistas apologetas vulgares”, podem falhar em fazer progredir certas questões. Sobre a queda da taxa de lucro e mais-valor, Marx pensava que Smith havia “perdido consideravelmente o terreno, em comparação com seus predecessores, especialmente os fisiocratas”. E Mill teria sido “bastante inferior a Ricardo, Adam Smith e os fisiocratas”. *Capital*, p. 611; *Teorias da Mais-Valia* (Moscou, Progress, 1971), Vol. III, pp. 195-200.

²⁹ *Critique of Political Economy*, p. 159.

geral, e toques de relativismo quando esse silêncio é quebrado, a condenação de Marx da alienação, desumanização e exploração parecerão pressupor uma teoria de realismo moral.³⁰ Quando Marx trata da possibilidade de uma vida totalmente humana e não-alienada, ele pressupõe um padrão moral objetivo de felicidade e virtude humanas, e uma crença de que na moral, assim como na ciência, o progresso pode ser feito em direção de realizar esse padrão. Uma vida boa é aquela em que os indivíduos são livres para desenvolver suas capacidades práticas e intelectuais como bem entenderem. Isso acontece quando os indivíduos cultivam a reciprocidade e a amizade, e constroem coletivamente uma comunidade política genuína. Não é preciso dizer que, para Marx, isso é possível apenas sob o comunismo, pois o capitalismo deforma a humanidade, especialmente das massas trabalhadoras.

Nomes não devem nos enganar; podemos ver por que, dado seu realismo moral, Marx não era um realista político. “Realismo” do tipo político é cínico, oportunista, e desprovido de uma visão de vida plenamente humana. Não surpreende que como democrata e comunista, Marx abertamente “declarou oposição ao que os alemães chamavam de *Realpolitik*. (É esse tipo de “realismo” que põe a Alemanha tão atrás de todas as nações civilizadas)”.³¹

II

Se os alemães eram realistas demais a respeito da política, não eram realistas o suficiente quanto ao método científico. O próprio “método analítico” de Marx, embebido de compreensão histórica e ricas implicações empíricas, não tinha “nada em comum com o método de conexão conceitual da academia alemã”.³² Hegel foi, sem dúvida, responsável por muito desse método de conexão conceitual não empírico, como denota a máxima hegeliana “a ciência é absoluta”, como Marx concluíra ainda em 1844.³³ Mas, mesmo o “idealismo acrítico” de Hegel não era sem méritos, nem se influência sobre Marx – especialmente quando comparado ao positivismo de Comte. Um ano antes de terminar *O Capital*, Marx confessou

[...] estudar Comte em paralelo, já que os ingleses e franceses faziam tanto alarde sobre esse sujeito. O que os cativa, em síntese, é a forma enciclopédica. Mas, comparado com Hegel, é lamentável (apesar do fato de Comte ser um matemático e físico de profissão superior a ele, isto é, superior em detalhes; mas até aqui, Hegel é infinitamente maior, considerando o conjunto da obra). E essa merda de positivismo [*Scheispositivismus*] surgiu em 1832!³⁴

Marx buscou orientar um curso metodológico entre o *Scheispositivismus* de Comte e o idealismo acrítico de Hegel. Nos economistas políticos inglês, Marx inicialmente encontrou exemplares científicos mais aceitáveis. Mas ele se diferenciou deles, também, em teoria, método e política. Não apenas Marx radicalizou e subverteu as primeiras versões da teoria

³⁰ Isso é defendido por Alan Gilbert, “Marx’s Moral Realism: Eudaimonism and Moral Progress”, In. Ball e Farr (orgs.), *After Marx*, cap. 8. Para uma discussão relacionada sobre a teoria moral de Marx, ver William H. Shaw, “Marxism and Moral Objectivity”, In. Kai Nielson e Steven C. Patten (orgs.), *Marx and Morality* (Quelph, Canadian Association for Publishing in Philosophy, 1981).

³¹ *Selected Correspondence* (Moscou, Progress, 1979), p. 160.

³² Terrell Carver (org.), *Karl Marx: Texts on Method* (Nova York, Barnes and Noble, 1975), p. 201.

³³ *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 177.

³⁴ *Selected Correspondence*, p. 169; compare com *Marx-Engels Werke* (Berlim, Dietz, 1968), p. 201, vol. 31, p. 234.

do valor-trabalho, como também rejeitou a filosofia da ciência empirista sobre a qual ele pensava estar fundamentada a economia política inglesa.

A rejeição de Marx ao empirismo pode ser rastreada em numerosas afirmações e apartes ao longo de sua obra. Mas, infelizmente, essa rejeição não tem, como na sua fundamentação textual, qualquer análise ou crítica sustentada. Isso é consequência de Marx nunca ter escrito um tratado sistemático de método científico ou sobre o entendimento humano, como fizeram Hume ou Weber. Ainda assim, em longas passagens da *Miséria da Filosofia*, dos *Grundrisse*, e das *Notas sobre Wagner*, tão bem quanto em concisos, mas explosivos documentos como as *Teses sobre Feuerbach* e os prefácios ao *Capital*, vemos o quão importante as reflexões metodológicas eram para Marx, a por que uma crítica do método científico de outros economistas políticos e historiadores era essencial à sua própria autocompreensão.

Se queremos entender o método de Marx, então, somos forçados a reconstruir sua crítica do empirismo. Ela pode provar-se instrutiva nesse contexto, ao contrastar a visão de Marx sobre o método com a de Hume. Não apenas Hume era conhecido por Marx como um dos pais fundadores do empirismo inglês e da economia política clássica, como Marx expressou familiaridade com “os princípios da própria filosofia [de Hume]”.³⁵ Além disso, os termos da crítica de Marx não poderiam ter melhor referência do que estes princípios. Nem todos os economistas políticos do século XIX compartilhavam dos princípios de Hume da forma que ele os deixou, e alguns dos princípios mais radicais e céticos foram criticados e reformados. Algo esperado de uma tradição de pesquisa tão rica como a do empirismo, e tivesse Marx tratado dessas questões metodológicas de uma forma mais direta, ele teria de se atentar a nuances e complicações. Mas os princípios empiristas de Hume ainda incorporavam algumas crenças distintas daquelas da economia política inglesa como um todo. Como as crenças de que a ciência é governada pela observação sensorial, indução e formação de leis universais e ahistóricas, assim como a rejeição do essencialismo ou aristotelismo em qualquer de suas formas. Marx, como veremos em mais detalhes adiante, foi crítico de todas essas crenças metodológicas e também do que ele pensava ser seu corolário político – a saber, uma lealdade ideológica para com a classe capitalista. A rejeição implícita de Marx ao empirismo, então, implicava suas próprias ideias políticas comunistas, tão bem quanto seu realismo científico. Isso pode ser visto mais claramente em sua concepção bastante diferenciada de leis e explicação causal.

Em todo caso, leis especificam relações causais entre dois ou mais objetos ou eventos. Portanto, uma descrição de lei é parasitária de uma descrição de uma causa. Mas, para uma realista como Marx, isso significa algo mais que – e algo bem diferente de – o que significa para um empirista como Hume.³⁶ Para Hume e muitos empiristas subsequentes, “x causa y” significa três coisas: 1) x e y são “impressões” de objetos ou eventos observáveis, que

³⁵ *Critique of Political Economy*, p. 163. Em sua dissertação sobre a filosofia grega, Marx também cita o *Tratado sobre a Natureza Humana*. Marx critica não apenas a filosofia da ciência de Hume, como sua prática científica – especialmente sua teoria monetarista de que os preços das mercadorias dependiam do volume de dinheiro em circulação. Para a crítica substantiva e metodológica de Marx, ver *Critique of Political Economy*, pp. 160-5.

³⁶ Adotei aqui a interpretação padrão do empirismo de Hume e sua descrição de causas e leis. Para uma interpretação diferente, ver meu artigo “Humean Explanations in the Moral Sciences”, *Inquiry*, p. 187.

são 2) logicamente independentes um do outro, e 3) “constantemente conjuntos”.³⁷ Usando sua metáfora newtoniana favorita da colisão de bolas de bilhar, Hume ilustra sua descrição de causa dessa forma:

A primeira bola está em movimento; encosta na segunda; imediatamente, a segunda entra em movimento. E quando faço a experiência com a mesma bola, ou com outras semelhantes, em circunstâncias idênticas ou semelhantes, verifico que a partir do movimento e toque de uma bola, segue-se sempre um movimento da outra. Não posso encontrar nada além disso, por mais que examine a questão sob vários pontos de vista.³⁸

Dada a noção de causa de Hume, a lei (ou as leis) que podem ser ditas como dando suporte à verdade da afirmação “x causa y”, deve ser uma generalização que relatam conjunções constantes previamente observadas de outros x e y. Sendo conjunções constantes, estas leis podem então ser alçadas a formas universais, com pretensão de serem reais em qualquer cultura ou tempo histórico. Isso era obviamente verdade em se tratando de física e bolas de bilhar, e Hume defendia (embora nem sempre de forma consistente) sua veracidade em relação à moral e as ciências históricas, também. Hume fez muito barulho sobre a universalidade da natureza humana, defendendo em uma de suas mais famosas passagens, que “a humanidade é tão parecida, em todas épocas e locais, que a história não nos informa nada de novo ou estranho nesse aspecto em particular”.³⁹ Assim, como nas leis que explicam as ações de bolas de bilhar em colisão em qualquer época, leis sociais devem ser trans-históricas em escopo. Finalmente, não há necessidade lógica ou natural nas conjunções constantes de impressões. Pelo contrário, “a necessidade é algo que existe na mente, não nos objetos”.⁴⁰ Tudo que sabem, sejam em matéria de razão ou natureza, quando uma bola de bilhar acerta outra

não posso conceber que uma centena de eventos diferentes também possam decorrer dessa causa? Não podem ambas as bolas permanecer em repouso absoluto? A primeira bola não pode retornar em linha reta ou saltar da segunda em qualquer linha ou direção?⁴¹

Hume nos leva a concluir que o mundo real se estrutura não em virtude de sua natureza, mas apenas da nossa natureza, nossos vieses, crenças e “hábitos mentais”.

Marx achava essa análise severamente falha. Seu maior defeito era simplesmente não deixar qualquer espaço para distinção entre conjunções acidentais e necessárias.⁴² Nenhuma das propostas de Hume – nem a constância (ou conjunção), nem a independência lógica (entre

³⁷ A descrição de Hume pode ser rastreada em *Treatise of Human Nature* (Oxford, Oxford University Press, 1973), livro 1, parte 3; e *Inquiry Concerning Human Understanding*, caps. 5-7.

³⁸ “An Abstract of a Treatise of Human Nature”, In. *Inquiry*, p. 187.

³⁹ “An Abstract of a Treatise of Human Nature”, p. 93.

⁴⁰ *Treatise*, p. 165.

⁴¹ *Inquiry*, p. 44.

⁴² Outros empiristas contemporâneos de Marx – como John Stuart Mill – também criticaram essa falha de Hume na análise da causalidade. Mas o contraste com Marx é até mesmo instrutivo, aqui, também. Quando Marx fala sobre “necessidade”, ele se refere em termos realistas dos mecanismos ocultos, essências internas, e permite efeitos condicionais de processos causais. Mill, por sua vez, cita a “incondicionalidade” como marca distinta da necessidade, apela para “leis fenomênicas” superiores como descobertas pela “observação”, e lança aspersões sobre “a suposta necessidade de ascender mais alto, às essências e à constituição inerente das coisas”. *A System of Logic* (Londres, Longman, 1961), III.5.2.

causa e feito) – fornecem a distinção necessária. Além dessa falha, nem a constância nem a independência lógica eram em qualquer caso essenciais à explicação científica. Pra piorar as coisas, a obsessão de Hume com a observação (e coisas observadas) inclinavam-se à aparência. Regularidade entre aparências – particularmente uma regularidade que se agarra a uma “forma de aparência histórica particular” – geralmente “escondem o papel [...] dos mecanismos internos”.⁴³ Até que se encontrem os “mecanismos internos” ou “essências”, toda conjunção de legalidade aparente será acidental, elas próprias necessitando ser explicadas.

Para Marx – em resumo e por contraste a Hume – “x causa y” significa que há uma relação interna naturalmente necessária entre x e y. X deve ser um “mecanismo interno” ou agente possuidor de “potências essenciais”, cuja especificidade – não a constância de conjunção – é necessária e suficiente para a explicação científica. Dados os inúmeros limites à realização das potências de um agente, geralmente haverá apenas uma tendência de x resultar em y. X não necessariamente será, e comumente não é, diretamente observável – embora postular x compromete o cientista a acreditar em sua realidade. Antes de ver quais implicações isso tem nas leis de Marx – e em sua política – permitam-me desenvolver estas breves afirmações sobre causalidade com atenção aos textos de Marx e sua prática científica.

Ao contrário de Hume, Marx defende que relações causais são uma espécie de relações internas in que um agente causal está internamente relacionado aos seus atos, produtos ou efeitos. Referências às “conexões internas”, “movimentos intrínsecos”, e “relações essenciais” são abundantes nos escritos de Marx.⁴⁴ Dois tipos de argumentos são geralmente apresentados. Um tem como alvo o argumento da independência lógica. Marx insinua que pode, de fato, haver uma relação causal até onde causas e efeitos são conceitualmente conectados. Isso é verdade, em particular, para as ciências sociais, onde relações sociais tornam a identificação mutualmente dependente possível. Por exemplo, uma das potências causais do mestre é a habilidade de fazer o escravo obedecer a suas ordens.⁴⁵ Ou, ainda, uma das potências causais da produção é a habilidade de criar novas formas de consumo.⁴⁶ Mas “mestre” e “escravo”, “produção” e “consumo”, não podem ser identificados independentemente uns dos outros e, portanto, são internamente relacionados. Mas isso não invalida as afirmações de que mestres exercem potência causal sobre escravos, ou que a produção exerce potência causal sobre o consumo.

O outro argumento, mais importante, sobre as relações internas é essencialmente uma afirmação ontológica sobre a necessidade natural. A necessidade natural no mundo, não apenas “na mente”, como Hume afirma. A necessidade natural a quem Marx e outros realistas se referem pode ser descrita como as possibilidades abertas ou fechadas aos agentes com certos tipos de essências ou naturezas. Em particular, possibilidades (futuras) são materialmente restritas, e nem tudo pode resultar em qualquer coisa, como, por exemplo, no extremo exemplo de Hume de uma bola de bilhar que pula fora da mesa. Não é de a essência das bolas de bilhar pularem em qualquer direção em contato. Se uma bola

⁴³ *Capital*, pp. 565, 568. Essa era uma falha geral dos “ingleses”. *Capital*, p. 403n.

⁴⁴ Por exemplo, *Grundrisse*, p. 325; *Capital*, p. 537; *Capital*, vol. III, pp. 313, 828.

⁴⁵ *Capital*, p. 57n.

⁴⁶ *Grundrisse*, p. 93.

pula fora aleatoriamente, não seria uma bola de bilhar, mas algum dispositivo com força elástica, posta para enganar o jogador. E ainda que seja a sociedade e não as bolas de bilhar, que chamam a atenção de Marx, ali também ele encontra a ideia de possibilidade restrita:

Quando uma sociedade [...] está no caminho certo da descoberta das leis naturais do seu movimento [...] ela não pode, nem dar saltos ousados, nem remover por força da lei, os obstáculos apresentados pelos sucessivos estágios de seu desenvolvimento normal.⁴⁷

Em seu desenvolvimento normal, bolas de bilhar não saltam para fora ao mero toque do taco; nozes não nascem nas cerejeiras (de Feuerbach); o capitalismo não regride à produção simples de mercadorias, nem pode fazer desaparecer num estalar de dedos sua tendência iminente de entrar em crise.

A necessidade natural jaz sob a superfície das coisas, por assim dizer. Relações causais supõem a existência de “mecanismos internos”, “movimentos reais”, ou “essências” que não são “diretamente perceptíveis aos sentidos”, caracteristicamente “ocultas por um véu material”.⁴⁸ Para fornecer explicações adequadas, o cientista não apelará, nem precisará apelar às regularidades tais, especialmente regularidades entre as aparências observadas. Ao invés disso, o cientista postulará certos mecanismos ou agentes essenciais que não são comumente observáveis, mas os quais causalmente explicam por que as formas que percebemos são resultados necessários. Sem rodeios, essências explicam as aparências. Se esse não fosse o caso, a ciência não teria sentido. “Pois toda a ciência seria supérflua se a aparência e a essência das coisas coincidissem diretamente”.⁴⁹

Infelizmente, Marx não foi totalmente claro sobre a natureza precisa dos mecanismos ou essências, ou sobre como eles são descobertos pelas várias ciências, naturais ou sociais. Mas as linhas gerais de suas ideias são suficientemente evidentes e estão dadas na linguagem corrente de numerosos cientistas realistas contemporâneos.⁵⁰ Para Marx, um mecanismo ou essência de um agente causal se constitui de suas potências, e essas potências “se manifestam [...] em relações”.⁵¹ Uma explanação causal adequada de qualquer fenômeno procede da descoberta das potências e relações de um agente causal por trás dele e que o produz por necessidade natural.

Marx sustentava essa visão essencialista das ciências naturais, especialmente da física e química, onde a linguagem realista facilmente se encaixa.⁵² Potências são atribuídas a agentes naturais – por exemplo agentes químicos e reagentes – em relações materiais com outros agentes naturais. Mas o principal interesse de Marx era nas diversas ciências

⁴⁷ *Capital*, p. 10.

⁴⁸ *Capital*, p. 316. *Critique of Political Economy*, p. 34.

⁴⁹ *Capital*, vol. III, p. 817.

⁵⁰ Tenho especialmente em mente a discussão sobre potências causais de Rom Harré, *The Principles of Scientific Thinking* (Chicago, University of Chicago Press, 1970), espec. pp. 266-81; e Rom Harré e E. H. Madden, *Causal Powers: a Theory of Natural Necessity* (Oxford, Basil Blackwell, 1975)

⁵¹ *Capital*, p. 57.

⁵² Ver, por exemplo, *Capital*, p. 316.

histórico-sociais, e aqui, também, “potências” e “relações” são as principais categorias para compreender os agentes humanos.⁵³

E sua prática social científica geralmente encontramos potências predicadas e manifestas nas relações sociais entre os sujeitos, ou classes ou processos sociais que são constituídos pelas ações dos indivíduos ou classes. Em sua antropologia, encontramos humanos “dotados de potências naturais”, e sua essência revelada no “conjunto das relações sociais”.⁵⁴ Em sua história, encontramos uma dialética de potências⁵⁵ e relações de produção. E em sua economia política, a força de trabalho identifica e causalmente explica a natureza da produção sob as relações sociais do capital.⁵⁶

Se o poleiro for alto o suficiente, a identificação das essências em termos de suas potências e relações não discrimina entre agentes naturais e sociais. Isso permite a Marx ver uma continuidade mais geral entre as ciências naturais e sociais. Na busca por explicações adequadas, todas as ciências procedem realisticamente em busca das potências e relações constitutivas de várias essências que causam seus efeitos por necessidade natural. Marx ainda dissocia frequentemente as ciências histórico-sociais das naturais, em grande parte porque “como disse Vico, a história humana se difere da história natural na medida em que nós construímos a primeira, mas não a segunda”.⁵⁷ É claro que o tipo de “construção” que fazemos como espécie é bastante restrita, de geração a geração, em grande parte pelas condições das potências produtivas herdadas e a estrutura das relações sociais. Então, em equilíbrio, Marx pode afirmar a sua famosa máxima de que

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias escolhidas por eles, mas sob as circunstâncias que encontram dadas e transmitidas do passado.⁵⁸

Em outras palavras, o tipo de “necessidade natural” sob a qual trabalham os agentes humanos é a dos limites circunstanciais, melhor compreendidos como “necessidade histórica” do que como “necessidade absoluta”.⁵⁹ Agentes humanos são atores racionais que escolhem entre estratégias possíveis para realizar seus interesses sob circunstâncias de limites materiais e sociais característicos de um período de desenvolvimento histórico específico. Quando se conceitua indivíduos reais como atores de classe hipotéticos – como se é forçado a fazer sob o capitalismo e como Marx o fez a fim de teorizar sobre o capitalismo – pode-se descrever, por exemplo, o capitalista como “o capital personificado [...] dotado de consciência e vontade” que é “compelido” pela “necessidade” de se valer de todo tipo de estratégia para acumular capital, e que é levado – como que por uma mão invisível – até mesmo a

⁵³ Para uma discussão sobre a distinção entre relações “sociais” e “materiais”, ver Gerald A. Cohen, *Karl Marx's Theory of History: a Defense* (Princeton, Princeton University Press, 1978), cap. 4.

⁵⁴ *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 181; *German Ideology*, p. 121.

⁵⁵ Ou “forças”. O termo que Marx utiliza – *Krafte* – admite ambas traduções.

⁵⁶ Ver espec. *Capital*, livro 1.

⁵⁷ *Capital*, p. 372n,

⁵⁸ *The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon* (Nova York, International, 1963), p. 15.

⁵⁹ *Grundrisse*, pp. 831-2.

criar aquelas condições materiais que por si só formam a base real de uma forma superior de sociedade, uma sociedade na qual o desenvolvimento pleno e livre de cada indivíduo forma o princípio regente.⁶⁰

A mensagem de Marx, então, é a da “necessidade transitória do modo de produção capitalista”.⁶¹ Portanto, as potências produtivas e relações sociais que dominam um modo de produção em particular põem limites consideráveis sob os quais um agente irá, de fato, fazer – ainda que ele não atue da mesma forma determinada nem sob a mesma forma de necessidade que um mecanismo totalmente natural atuaria.

A distinção entre as ciências – suas respectivas formas de necessidade natural – pode ser ainda mais ressaltada ao apreciarmos outra distinção. Quando falamos de agentes naturais, pode-se assumir uma estabilidade de longo prazo, quando não um fixismo de suas essências, potências e relações. No entanto, isso não é verdade dos agentes próprios das ciências histórico-sociais. Essências não são fixas, mas mudam e se desenvolvem ao longo da história conforme mudam as relações sociais. A essência humana, pensava Marx, era “apenas a expressão objetiva das relações sociais em transformação”, particularmente onde tais relações cercam o intercâmbio produtivo com a natureza.⁶² “Ao agir no mundo exterior e transformá-lo, o homem muda sua própria natureza. Ele desenvolve suas potências adormecidas”.⁶³

Conseqüentemente, qualquer explanação social adequada deve incluir um “elemento histórico”, pois sem ele uma “explicação não vale nada”.⁶⁴ Assim, a visão de Marx pode ser caracterizada como um realismo histórico. O problema com os realistas anteriores, como Aristóteles, ou com materialistas anteriores, como Feuerbach, é revelado pelo dilema descoberto por Marx no pensamento de Feuerbach: “Quando ele é materialista, não é histórico, e quando ele é histórico, não é materialista”. Nele, “o materialismo e a história divergem completamente”.⁶⁵ Esse também era “o ponto franco no materialismo abstrato da ciência natural, um materialismo que exclui a história e seus processos”.⁶⁶ É na fusão da história com o realismo, da história com o materialismo, que se constitui um momento decisivo no desenvolvimento do pensamento de Marx.

III

No *Capital*, Marx alardeia que seu objetivo era “desnudar as leis econômicas que movem a sociedade moderna”.⁶⁷ Estas leis formam um edifício incrível, mas três delas em particular desnudaram os fundamentos do capitalismo: “a lei absoluta da produção de valor excedente”; “a lei geral absoluta da acumulação capital”; e seu correlato conjunto, “a lei da queda tendencial da taxa de lucro”.⁶⁸ A última lei descrita por Marx como “a mais

⁶⁰ *Capital*, p. 592.

⁶¹ *Capital*, p. 592.

⁶² *Critique of Political Economy*, p. 139.

⁶³ *Capital*, p. 372.

⁶⁴ *Capital*, p. 372.

⁶⁵ *German Ideology*, p. 64.

⁶⁶ *Capital*, p. 373n.

⁶⁷ *Capital*, p. 10.

⁶⁸ *Capital*, pp. 618, 622; *Capital*, vol. III, p. 211.

importante lei da economia política moderna [...] do ponto de vista histórico”.⁶⁹ Marx apresenta tais leis a fim de explicar uma série de fenômenos sociais: o valor como “lei dos movimentos que formam os preços”;⁷⁰ a extração exploradora do valor excedente do trabalho assalariado; a concentração e centralização de capital; a mecanização do ambiente de trabalho; a capitalização da agricultura; a queda da taxa de lucro do capital; a conseqüente queda dos salários; o crescente exército industrial de reserva; a miséria do proletariado; e a crescente severidade da crise do ciclo de negócios capitalista. Marx acrescenta ainda mais leis – por exemplo, aquelas que governam a formação do capital monopolista e o comportamento imperialista dos estados capitalistas – que compensam essas tendências de crise e, assim, mediam e prolongam as “contradições internas” do capitalismo.⁷¹

Ao conceber suas leis econômicas do movimento, Marx pretendia realizar uma esperança de 20 anos de “obter uma vitória para o nosso partido no campo da ciência”.⁷² Tal batalha política, Marx travou, em parte, ao engajar adversários metodológicos, particularmente a escola empirista da economia política. Para distinguir suas leis daquelas que ele pensava serem leis empiristas da aparência, Marx as chamou de leis “reais”, “internas” ou “essenciais”.⁷³ As características metodológicas dessas leis estão implicadas na análise realista da causalidade de Marx. Leis resumem e generalizam as relações internas naturalmente necessárias que conectam causas e efeitos. Seus termos de assunto se referem às potências dos agentes em relações, pois esses são os mecanismos ou essências do mundo real, sem os quais a descoberta científica seria supérflua. Várias outras características das leis de Marx se seguem disso.

As leis explanatórias de Marx são leis empíricas que fazem afirmações sobre a estrutura real do mundo social. Não são apenas instrumentos pragmáticos ou úteis para fazer nosso caminho pelo mundo. Sua verdade depende de “dados empíricos” pois “fatos fornecem o teste das teorias”.⁷⁴ No cálculo de Marx, testar leis e teorias era mais complicado do que empiristas do século XIX pensavam – pois fatos eram providos de teoria, ao menos à medida em que “Os sentidos fizeram-se assim imediatamente teóricos em sua prática”.⁷⁵ Mas leis, não obstante, são empíricas e, portanto, é patentemente falso, afirmar que “em sentido estrito, todas as leis de Marx são tautologias”.⁷⁶ Marx fez grande exceção a esses economistas políticos, mesmo àquelas da estatura de Ricardo, que “deram à tautologia a semelhança de uma relação causal”.⁷⁷ Para Marx, a ciência não faz tais igualações.

Ao chamar suas leis de “leis do movimento”, Marx recapitulou sua ontologia de que “tudo que existe [...] existe e vive por meio de algum movimento”.⁷⁸ Mais paradoxalmente, “a

⁶⁹ *Grundrisse*, p. 148.

⁷⁰ *Grundrisse*, p. 132.

⁷¹ *Capital*, vol. III, p. 241.

⁷² *Selected Correspondence*, p. 106.

⁷³ *Capital*, vol. III, pp. 313, 828.

⁷⁴ *Grundrisse*, p. 119.

⁷⁵ *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 139.

⁷⁶ Bertell Ollman, *Alienation: Marx's Theory of Human Nature* (Cambridge, Cambridge University Press, 1971), p. 19.

⁷⁷ *Critique of Political Economy*, p. 183.

⁷⁸ *Poverty of Philosophy* (Nova York, International, 1963), p. 106.

abstração do movimento é a única coisa imutável”.⁷⁹ A visão de Marx sobre o desenvolvimento histórico de potências essenciais está em ação aqui e deve mais a Aristóteles do que a Galileu, Hume ou Comte. Para esses pensadores, o movimento se tratava ou era modelado pelas mudanças em estados espaciais características da “matéria em movimento”, ou bolas de bilhar em colisão, ou uma “física social”. Mas, para Aristóteles, “movimento” é a mudança de qualidade em geral, como exemplificado no crescimento de uma noz em um carvalho, de uma criança em um adulto e de associações em estados. A noção de “movimento de vir a ser” de Marx captura esses movimentos aristotélicos, assim como a “lei” metafísica de Hegel da mudança qualitativa citada por Marx n’o *Capital*.⁸⁰ As “leis do movimento” de Marx incorporam seu entendimento dos processos naturais e sociais, e são postos em ação n’o *Capital* e nos *Grundrisse*, na análise da transformação qualitativa de ferramentas e máquinas, mercadorias em dinheiro e dinheiro em capital.

Como o “movimento de vir a ser” é constantemente frustrado, as leis de Marx são geralmente expostas na forma de afirmações tendenciais. Uma explicação marxista legal, portanto, depende de relacionar as tendências de uma coisa com sua natureza essencial. A sua própria “lei mais importante” era a “lei da queda tendencial da taxa de lucro”; e, de fato, “todas as leis econômicas” catalogam tendências.⁸¹ Marx, assim, chama atenção para condições facilitadoras, tão bem quanto “tendências neutralizantes”.⁸² Dessa forma, ele reconhece que leis são sujeitas a cláusulas *ceteris paribus* [onde todo o mais é constante], e que elas descrevem melhor um comportamento ideal típico.⁸³ O próprio Marx toma um modo ideal da produção capitalista, principalmente ilustrado e mais rigorosamente aproximado pela Inglaterra, como o “mais típico” sujeito das leis que ele estende.⁸⁴ No exemplo da sua própria lei geral absoluta da acumulação capitalista, “como todas as outras leis, ela se modifica em função de muitas circunstâncias, cuja análise não nos interessa, aqui”.⁸⁵ É claro que, para qualquer descrição histórica concreta, por exemplo, dos eventos relacionados ao *18 de Brumário de Luís Bonaparte*, ou da guerra civil na França em 1871, ambos documentados por Marx, tais circunstâncias e contratendências teriam certamente de ser detalhadas. Mas, numa descrição mais geral, teóricos sociais “precisam apresentar apenas a organização interna do modo de produção capitalista, em sua média ideal, por assim dizer”.⁸⁶

⁷⁹ *Poverty of Philosophy*, p. 110.

⁸⁰ *Grundrisse*, p. 488; *Capital*, p. 309.

⁸¹ *Capital*, p. 8; *Capital*, vol. III, p. 175, 211, 213. Em outras obras, Marx parece distinguir leis de tendências, como nos *Grundrisse*, p. 650.

⁸² *Capital*, vol. III, p. 246. Nesse caso dos agentes humanos, os realistas geralmente concordam que uma ação pode ser retida, mesmo quando todas as condições estão presentes. De fato, é isso que faz dos humanos agentes, não apenas sujeitos passivos. Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles diz (em 1113b): “Assim como está em nossa potência agir, também está nossa potência de não agir”. Ver, também, Harré, *Principles of Scientific Thinking*, p. 270.

⁸³ *Capital*, p. 567.

⁸⁴ *Capital*, p. 8.

⁸⁵ *Capital*, p. 644.

⁸⁶ *Capital*, vol. III, p. 831.

A tão repetida máxima sobre as “leis do capitalismo” ou sobre as “leis da sociedade moderna” sugere a característica mais distinta das leis de Marx. Elas são “leis históricas”.⁸⁷ Leis históricas não são leis da história, por assim dizer, válidas através do tempo. Pelo contrário, são leis na história, que “expressão com validade social as condições e relações de um modo de produção definido, historicamente determinado”.⁸⁸ São “leis válidas apenas em um desenvolvimento histórico particular”.⁸⁹ Seus “pressupostos [...] de maneira alguma se aplicam a todos os estágios da sociedade”.⁹⁰ Isso, de fato, sugere uma das principais demarcações entre as ciências naturais e sociais. Diferente da explanação nas ciências naturais, qualquer explanação governada por leis nas ciências histórico-sociais terá em suas teorias explicativas uma ou mais leis históricas, portanto, são mais potentes de forma retroativa do que de forma preditiva.⁹¹ Adequadamente, Marx falou mais de “previsão” ou de “prenúnciação do futuro” do que de predição propriamente.⁹²

Livre de empirismo, Marx era conscientemente histórico, enquanto os economistas políticos burgueses fingiam ter um escopo trans-histórico em suas leis.⁹³ A lei geral de acumulação capitalista, por exemplo, era “metamorfoseada pelos economistas em uma pretensa lei da natureza”.⁹⁴ Mas não era. A lei da queda tendencial da taxa de lucro, implicada na lei geral de acumulação, era, na descrição de Marx, “apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista”.⁹⁵ Tão radical em sua visão sobre esse assunto que até na demografia – que pode-se pensar ser mais capaz do que a economia política de fornecer verdades trans-históricas – encontramos uma “lei da população peculiar ao modo de produção capitalista, historicamente válida apenas no interior dos seus limites”.⁹⁶ Então, se insistir, alguém poderia referir-se elipticamente às leis da economia política (e das ciências históricas e sociais em geral) como “leis naturais mas [que são] leis naturais da humanidade, apenas, em um desenvolvimento histórico específico”.⁹⁷ Quando o próprio Marx se refere genericamente às suas leis como “leis econômicas do movimento da sociedade moderna” ou “leis naturais da produção capitalista”, a ênfase recai sobre o “moderno” e o “capitalista”.

A política espregueada nessas sombras metodológicas, o realismo de Marx, sua análise das leis históricas e sua crítica do empirismo são tão politicamente quanto metodologicamente motivadas. Marx nunca nos deixa esquecer que seu próprio método é “crítico e revolucionário”, nem devemos esquecer que virtualmente todas as obras científicas foram

⁸⁷ *Grundrisse*, p. 606; *Poverty of Philosophy*, p. 186 (com ênfase).

⁸⁸ *Capital*, p. 76.

⁸⁹ *Selected Correspondence*, p. 34.

⁹⁰ *Selected Correspondence*, p. 99.

⁹¹ Discussões relevantes a esse respeito podem ser encontradas nos *Grundrisse*, p. 105; *Capital*, p. 75; *Selected Correspondence*, p. 293.

⁹² *Critique of Political Economy*, p. 179; *Grundrisse*, p. 460.

⁹³ Essa era a crítica mais sustentada por Marx, embora nem sempre merecida. Ele nivelou Smith, Ricardo, Say, os Mills, Carey, Bastiat e a maioria dos outros economistas políticos. Marx parece eximir apenas Sir James Steuart e o reverendo Richard Jones dessa acusação. Na obra de Jones, no entanto, outras “asneiras, é claro, ocorram”. *Theories of Surplus Value*, vol. III, p. 402.

⁹⁴ *Capital*, p. 621.

⁹⁵ *Capital*, vol. III, p. 213.

⁹⁶ *Capital*, p. 632.

⁹⁷ *Grundrisse*, p. 606. Ver também *Capital*, p. 283.

lançadas como críticas.⁹⁸ Por quê? Pois ele se preocupava em combater a ideologia “apologética” que desfilava como método ou buscava legitimidade invocando uma imagem de ciência natural governada por leis.⁹⁹ Ao invés de falar de leis históricas – e, por tanto, da contingência última – do capitalismo, os economistas políticos burgueses falavam de “leis eternas”.¹⁰⁰ Dessa forma, eram “representantes ideológicos” da classe capitalista. Esse era o efeito, ainda que não a intenção explícita, de sua metodologia.

Seu objetivo é apresentar a produção – por exemplo, Mill – como distinta da distribuição, etc., como envolta em leis naturais eternas independentes da história, na oportunidade de silenciosamente contrabandear relações burguesas em seu interior como leis naturais invioláveis, sob as quais a sociedade em abstrato é fundada. Esse é o propósito mais ou menos consciente de todo esse procedimento”.¹⁰¹

Sob o disfarce de ciência, esses ideólogos recusaram investigar com o detalhamento necessário, o problema mais importante de todos: a exploração e alienação da classe trabalhadora. Ao aceitar acriticamente o capitalismo como uma condição eterna “as leis da economia política expressam o estranhamento do trabalhador frente ao seu objeto.”¹⁰² Portanto

relações de produção são convertidas em entidades e tornadas independentes em relação aos agentes da produção [...] e aparecem para eles como leis naturais opressoras que impõem irresistivelmente sua vontade sobre eles, e os confrontam como uma necessidade cega.¹⁰³

E assim, sob as condições da produção capitalista, as leis são potências concedidas que eles não têm; devidamente reificadas, tornam-se fetichizadas.

“Nosso método”, opunha Marx, “indica onde a investigação histórica deve entrar”.¹⁰⁴ Esse distinto método histórico marxista considera tanto o passado quanto o futuro, onde modos de produção pré-capitalistas e possíveis socialistas, desmente qualquer noção de leis eternas. Deixando pouco espaço para dúvida nesse sentido, Marx repetidamente distingue leis naturais das históricas. Portanto, é irônico – e falso – dizer que “Marx fala como se pensasse que suas leis são totalmente deterministas como certas leis das ciências naturais”.¹⁰⁵ Nada poderia estar mais longe da visão de Marx, nem mais incongruente com sua concepção de ciência social crítica e histórica.

Desde o momento em que o modo de produção burguês e as condições de produção e distribuição que correspondem a ele são reconhecidos como históricos, a ilusão de tomá-las como leis naturais da produção desaparece e a

⁹⁸ *Capital*, p. 20.

⁹⁹ *Grundrisse*, p. 460.

¹⁰⁰ *Capital*, p. 573.

¹⁰¹ *Grundrisse*, p. 87. Também ver *Theories of Surplus Value*, vol. III, p. 84.

¹⁰² *Economic and Philosophical Manuscripts*, p. 109.

¹⁰³ *Capital*, vol. III, p. 831.

¹⁰⁴ *Grundrisse*, p. 460.

¹⁰⁵ White, *Foundations of Historical Knowledge*, p. 33.

perspectiva de uma nova sociedade, uma nova formação econômico social, para a qual o capitalismo é apenas uma transição, se abre.¹⁰⁶

O método de Marx, portanto, tinha com primeira tarefa desmascarar as pretensões do capitalismo de ser um modo de produção “natural” ou “eterno”. Além disso, uma ciência social crítica deve expor a real natureza das leis da aparência alienada do capitalismo, e ajudar a remediar a “vontade de conhecimento daqueles cuja ação é sujeita” a tais leis.¹⁰⁷ Armados desse conhecimento necessário e a necessária organização, os trabalhadores podem, então, “destruir os efeitos desastrosos das leis naturais da produção capitalista” e substituí-las pela “ação espontânea das leis da economia social e do trabalho livre e associado”.¹⁰⁸ Em resumo, eles podem mudar as leis históricas de seu próprio comportamento. Assim, a ciência pode contribuir diretamente para um mundo em que “as relações práticas da vida cotidiana ofereçam aos homens apenas relações perfeitamente inteligíveis e razoáveis para com seus semelhantes e com a natureza”.¹⁰⁹

IV

“Reconhecemos apenas uma ciência, a ciência da história”.¹¹⁰ Marx e Engels tiveram o bom senso de cortar essa afirmação ofensiva da redação final d’*A Ideologia Alemã* antes mesmo dela ser relegada à “crítica roedora dos ratos”.¹¹¹ Sem dúvida a história – ou ao menos a história teórica que ia além dos “fatos mortos” da historiografia empirista¹¹² – era uma das ciências histórico-sociais. Mas dificilmente era *a ciência*, nem era uma super-ciência à qual todas as outras podiam ser reduzidas. Marx não era um reducionista, nem no sentido metodológico mais estreito.¹¹³ Ele só poderia ter sido um reducionista nesse aspecto se pensasse, entre outras coisas, que as “leis históricas” das ciências sociais – isto é, aqueles cujo escopo era válido apenas para um limitado período histórico – poderiam ser reduzidas a leis universais da história como um todo. Isso poria tais leis acima e além das “leis econômicas do movimento da sociedade moderna” que caracterizam o método e prática científica de Marx.

Alguns dos intérpretes de Marx, à esquerda e à direita, afirmaram que Marx propôs distintas leis da história.¹¹⁴ Karl Popper, para mencionar um deles, disse com leniência pouco costumeira que “Marx pode ser perdoado por sustentar a crença errônea de que há

¹⁰⁶ *Theories of Surplus Value*, vol. III, p. 429.

¹⁰⁷ *Capital*, p. 75n.

¹⁰⁸ *Civil War in France* (Pequim, Foreign Languages Press, 1970), p. 172.

¹⁰⁹ *Capital*, p. 79. Ver a discussão e crítica de Marx a esse respeito em Joan Cocks, “Hegel’s logic, Marx’s Science, Rationalism’s Perils”, *Political Studies*, 31 (1983). Espec. pp. 598-9.

¹¹⁰ *Marx-Engels Werke*, vol. 3, p. 18. Citado em Alfred Schmidt, *The Concept of Nature in Marx* (Londres, New Left Books, 1971), p. 49.

¹¹¹ *Critique of Political Economy*, p. 22.

¹¹² *German Ideology*, p. 48.

¹¹³ Ver meu artigo “Marx and Positivism”, pp. 222-9.

¹¹⁴ A lista é grande, mas membros recentes incluem Jordan, *Evolution of Dialectical Materialism*; Maurice Cornforth, *Historical Materialism* (Nova York, International, 1962); Roy Enfield, “Marx and Historical Laws”, *History and Theory*, IS (1976); e McMurtry, *The structure of Marx’s World View*. Essa também é a visão de White em *Foundations of Historical Knowledge*, dados os exemplos que ele usa.

uma ‘lei natural do desenvolvimento histórico’ pois alguns dos melhores cientistas do século XIX também o fizeram”.¹¹⁵ Marx não precisa ser absolvido por tão crença, pois ele nunca a sustentou, e certamente nunca usou a frase que Popper atribui a ele. Mas, notoriamente, Marx foi menos do que claro sobre esse assunto e sobre o estatuto metodológica do que Engels chamaria de “interpretação materialista da história”. Aqui temos de ser particularmente cuidados ao seguir a linguagem e prática científica de Marx.

As duas teses centrais da interpretação materialista da história com certeza soam gerais o suficiente para serem consideradas leis, e podemos começar considerando-as. São elas, primeiro que “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes” e segundo que a história se desdobra de acordo com a “dialética dos conceitos de força produtiva [...] e relações de produção” (onde as forças são de alguma forma primárias às relações superestruturais de um tipo não produtivo).¹¹⁶ Às vezes uma tese, às vezes outra, parece dominar a interpretação materialista da história, e a questão de qual é mais central tem sido bastante debatida.¹¹⁷ Mas, seja qual foi o resultado desse debate, seriam essas duas teses genuínas candidatas a “leis da história” como Marx as compreendia? Em equilíbrio, nossa resposta deve ser “não” por (pelo menos) quatro motivos.

O primeiro deles é a linguagem de Marx. Raramente ele chama estas teses de “leis” como tal.¹¹⁸ Diferente, por exemplo, da lei geral de acumulação ou da lei de produção do mais-valor, que ele explícita e repetidamente chama de “leis”. Marx prefere chamar suas duas teses de interpretação materialista da história (e outras implicadas por elas) de “abstrações”, “princípios”, “premissas”, “truísmos”, até de “tautologias”.¹¹⁹ Tais abstrações se sustentam ao longo do tempo, com certeza. Elas são “comuns a todas as condições sociais, isto é, sem caráter histórico, até mesmo humano”.¹²⁰ No entanto:

Essas abstrações, em si mesmas, desligadas da história real, não tem qualquer valor. Podem servir apenas para facilitar o arranjo do material histórico, para indicar a sequência de seus estratos separados. Mas de maneira alguma podem ser uma receita ou esquema, como a filosofia, para fazer uma separação nítida entre as épocas da história. Pelo contrário, as dificuldades se iniciam apenas quando se buscar examinar ou arranjar o material – seja de uma época passada ou do presente – e a sua apresentação real.¹²¹

Seguindo a prática linguística do próprio Marx, então, seríamos aconselhados a chamar suas teses, não de leis, mas de algo mais como “princípios da interpretação histórica”.

¹¹⁵ Popper, *Open Society*, vol. 2, p. 322.

¹¹⁶ *Communist Manifesto*, p. 2; *Grundrisse*, p. 109.

¹¹⁷ Ver, por exemplo, o diálogo entre Stanley Moore e Richard Miller em Marshall Cohen, Thomas Nagel, e Thomas Scanlon (orgs.), *Marx, Justice, and History* (Princeton, Princeton University Press, 1980). pp. 211-63. Ver, também, Cohen, *Karl Marx's Theory of History*; e Richard Miller, “Producing Change: Work, Technology, and Power in Marx's Theory of History”, In. Ball e Farr (orgs.), *After Marx*, Cap. 3.

¹¹⁸ A única exceção que encontrei – e apenas sobre a luta de classes, não do primado das forças produtivas – se encontra em *Poverty of Philosophy*, p. 62. Observe bem, no entanto, que até sobre a luta de classes Marx diz que ela é “uma lei que a civilização seguiu até os nossos dias”. Além dos nossos dias, uma sociedade sem classes presumivelmente teria leis diferentes.

¹¹⁹ *Poverty of Philosophy*, p. 31; *German Ideology*, pp. 42, 48; *Grundrisse*, pp. 85, 489.

¹²⁰ *Grundrisse*, p. 320.

¹²¹ *German Ideology*, p. 48.

A mesma diferenciação semântica pode ser, também, discernida em um nível mais alto. Marx nunca se furtou de chamar a teoria do valor-trabalho de “teoria”, mas ele nunca caracterizou sua descrição materialista da história de “teoria”. Na verdade, se trata de uma “interpretação” da história. A palavra alemã *Auffassung* pode também ser traduzida como “concepção” ou até como “compreensão”. Mas não como “teoria”. Marx reforça essas observações semânticas em suas afirmações sobre o estatuto metodológico de sua *Materialistische Geschichtsauffassung* [visão materialista da história]. No prefácio de 1859 à *Crítica da Economia Política* – aquelas breves passagens arejadas que se tornaram o panfleto por excelência dos deterministas tecnológicos – Marx afirma que sua interpretação materialista da história é nada mais que “um princípio guia para meus estudos”.¹²² Em outra oportunidade ele a chama de “pouco mais do que um esquema histórico”.¹²³ Marx não estava apenas dando evasivas terminológicas. Tanto seu método quanto sua política crítica estavam em jogo. Portanto, ele faz objeções veementes àqueles que

insistem em transformar meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do caminho geral de desenvolvimento prescrito pelo destino para todas as nações, independente das circunstâncias históricas em que elas se encontram.¹²⁴

Uma teoria “histórico-filosófica” geral seria “suprahistórica”, e isso não toma parte na intenção da interpretação materialista da história.

O segundo motivo é, não apenas o que Marx disse, mas o que ele fez de seus princípios de interpretação histórica que os distingue daquelas generalizações que ele repetidamente chamou de “leis” das ciências histórico-sociais. Seus princípios 1) funcionam como proposições investigativas e hipotéticas que fornecem categorias muito gerais – como “força produtiva” ou “luta de classe” – para identificar processos históricos e eventos que precisam de explicação. Eles também 2) delineiam alguma direção provável de influência a fim de fazer a formação de narrativas – e, portanto, a narração da história – possível. Mas nisso eles mostram extrema flexibilidade e apresentam uma série de contraexemplos.¹²⁵ Eles certamente não compartilham da definitividade com que Marx afirma suas próprias leis explanatórias; e são efetivamente imunes à refutação, apesar de ter conteúdo empírico. Dessas formas, os princípios de interpretação histórica de Marx exercem função investigativa e hipotética, funções melhor apresentadas em sua afirmação da tese do primado das forças produtivas. Em sua própria prática, “forças produtivas” caracterizam uma classe aberta de determinantes. Embora isso estenda um pouco o ponto, parece que Marx várias vezes se agarra o que quer que seja que domine mudanças históricas significantes, e então o chama “forças produtivas”. Na melhor descrição determinista tecnológica do que constitui as forças produtivas no que se acredita ser “a teoria da história” de Marx,¹²⁶ vimos que relações de trabalho, cooperação e a luta de classe – pois são elas todas relações – não fazem parte das forças produtivas e, portanto, não podem ter

¹²² *Critique of Political Economy*, p. 20.

¹²³ *Selected Correspondence*, p. 293.

¹²⁴ *Selected Correspondence*, p. 293.

¹²⁵ Sobre isso, e outras questões metodológicas relacionadas ao princípio de Marx, ver a descrição muito clara e interessante de Terrell Carver, *Marx's Social Theory* (Oxford, Oxford University Press, 1982), Cap. 3.

¹²⁶ Cohen, *Karl Marx's Theory of History*, especialmente cap. 2.

primado causal. Porém, não só Marx repetidamente apela para essas e outras relações em ocasiões particulares como tendo primado causal sobre o que elas explicam, como também frequentemente as identifica como “forças produtivas”. Em várias ocasiões e lugares, Marx chama “cooperação”, “classe revolucionária”, “governos”, “a própria comunidade” e “capital e trabalho” de forças produtivas.¹²⁷ Essas referências certamente são frequentes demais para serem ignoradas ou tomadas como erros de colocação por parte de Marx.

O terceiro motivo é que os princípios de interpretação história de Marx não tem a necessidade ou universalidade necessárias para serem chamadas de “leis da história” como um todo. Marx não era, talvez, o mais discreto a esse respeito – por exemplo, quando falou cheio de floreios sobre a “inevitabilidade” da vitória do proletariado na luta de classes. Mas em momentos mais sóbrios, Marx restringe a potência explanatória *de facto* de sua interpretação da história e, especialmente dos estágios da história, à Europa Ocidental. E ele excluiu explicitamente a Rússia, Peru e Índia, entre outros países. A Vera Zasulitch, ele confessou em 1881 que “a ‘inevitabilidade histórica’ desse processo é expressamente limitada aos países da Europa Ocidental”.¹²⁸ Ele defendeu isso de forma mais geral em sua resposta aos editores do *Otechestvennye Zapiski*, quando protestou ser mal interpretado como defensor de uma “teoria geral histórico-filosófica, cuja virtude suprema consistia em ser suprahistórica”. Ali ele reenfatiza o que pensava ser óbvio: “eventos surpreendentemente análogos, mas que tomam parte em contextos históricos diferentes, levam a resultados totalmente diferentes”.¹²⁹

E, por fim, o quarto motivo: deve-se considerar, como sempre, as intenções políticas de Marx. Ele propõe que entendamos a história em termo da luta de classes e do primado das forças produtivas em grande parte para fornecer uma compreensão histórica da natureza e perspectiva de uma revolução socialista ou comunista. Assim, seus princípios de interpretação histórica não são verdadeiros atemporalmente, mas de forma verdadeiramente temporal. Embora, até hoje eles sejam “sem caráter histórico, até mesmo humano”, em última análise, Marx tenciona que eles um dia, também, irão ser artefatos históricos, relíquias de um passado pré-comunista.¹³⁰ O comunismo, na visão esperançosa de Marx, daria fim ao conflito de classe e subjugaria a anarquia da produção, entre outras coisas, assim tornando anacrônicas as teses de luta de classes e primado das forças produtivas:

O processo de vida sociedade, que se baseia no processo da produção material, não tira seu véu místico até que seja tratado como produção por homens livres associados, e que seja conscientemente regulado por eles de acordo com um plano estabelecido.¹³¹

Se essa tarefa monumental for cumprida, a interpretação materialista da história terá encorajado sua própria superação. Será vista, em retrospectiva, Marx tencionava, como tendo sido parte crucial do arsenal teórico de historiadores e cientistas sociais socialistas –

¹²⁷ *German Ideology*, p. 50; *Poverty of Philosophy*, p. 174; *Grundrisse*, pp. 241, 495, 507.

¹²⁸ *Selected Correspondence*, . 319.

¹²⁹ *Selected Correspondence*, p. 293.

¹³⁰ *Grundrisse*, p. 128.

¹³¹ *Capital*, p. 80.

sem falar, é claro, dos membros da classe trabalhadora – na época pré-comunista. Mas, conforme o comunismo seja genuinamente alcançado – se um dia for, é claro – a interpretação materialista da história esvanecerá.

V

À guisa de conclusão, voltemos à reclamação de Marx de que seu método foi radicalmente mal compreendido. Porque houveram “várias concepções, contraditórias entre si”, formadas naquele tempo, como hoje, sobre suas intenções científicas? Parte da responsabilidade talvez recaia sobre Engels.¹³² Mas parte dela também recaia sobre Marx. Ele nunca escreve um tratado consistente sobre o método científica e o que ele escreveu está disperso e fragmentário. E embora se espere que nossa arqueologia textual tenha mostrado que Marx fora um realista científico a respeito de causas e leis, seus fragmentos textuais eram desnecessariamente enfeitados de floreios retóricos. Esses chamam a atenção.

Considere por exemplo essa frase já enferrujada de tanto citada: “Trata-se dessas próprias leis, dessas tendências que atuam e se impõem com férrea necessidade”.¹³³ Em uma era onde engenheiros tinham seus cavalos de ferro, e políticos tinham seus chanceleres de ferro, tendências científicas com certeza deviam ter suas férreas necessidades! Mas isso é retórico, e a metáfora do ferro ajuda pouco em clarear o que são tendências científicas. Mas, ainda assim, Marx escolheu dar a esse floreio retórico, a proeminência de estar no prefácio d’*O Capital*.

Isso não era tudo que Marx tinha a dizer sobre essa metáfora – muito menos sobre necessidade, causas, leis e tendências –, como esse artigo tenta mostrar. Mas, infelizmente somos forçados a ir a lugares menos proeminentes para descobrir as visões consideradas de Marx, incluindo as elaborações sobre seus floreios. Quanto ao “ferro”, considerem a *Crítica ao Programa de Gotha*:

É bem conhecido que nada da “lei de ferro dos salários” pertence a Lassale, exceto o termo “ferro” emprestado das “grandes e eternas leis férreas” de Goethe. O termo “ferro” é um rótulo pelo qual os crentes verdadeiros se reconheciam.¹³⁴

Apesar dos crentes verdadeiros, as leis eram bem menos férreas do que pensava a retórica de Lassale. E leis científicas não são mais imunes à ação política da classe trabalhadora do que o próprio capitalismo. Portanto, Marx retumbou com sua famosa ironia: “Se eu abolir o trabalho assalariado, então, naturalmente, abolirei suas leis, também, sejam elas de ‘ferro’ ou de esponja”.¹³⁵ Tivesse Marx dito isso no prefácio a’*O Capital*, talvez seu método crítico e histórico teria sido melhor compreendido.

¹³² Sobre a influência de Engels em posteriores erros de interpretação do método de Marx, ver os ensaios citados na nota de rodapé 10 cima, e também Terrell Carver, *Engels* (Nova York, Hill and Wang, 1981); e o seu *Marx and Engels: the Intellectual Relationship* (Brighton, Wheatsheaf Books, 1983).

¹³³ *Capital*, p. 10.

¹³⁴ *Critique of the Gotha Program* (Nova York, International, 1938), p. 4.

¹³⁵ *Critique of the Gotha Program*, p. 14.